

O USO DA LITERATURA INFANTIL NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: UM OLHAR SOBRE AS PROPOSTAS METODOLÓGICAS NA DÉCADA DE 1990 NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB

Sérgio Marinho da Silva¹
Niédja Maria Ferreira de Lima²
Shirley Barbosa das Neves Porto³

RESUMO

Neste artigo, apresentamos um estudo de como era concebida e trabalhada a literatura infantil em turmas de alfabetização de uma instituição pública específica para surdos, nos relatórios de estágio supervisionado da antiga habilitação em Educação de Deficientes da Audiocomunicação (EDAC), ofertada aos alunos do curso de Pedagogia, da então Universidade Federal da Paraíba – campus II, na cidade de Campina Grande-PB, na década de 1990. Trata-se de um recorte do Projeto PIBIC/UFPG/CNPq (2017/2018) que tinha como um dos objetivos analisar relatórios de estágio da referida habilitação para localizar as concepções sobre a Libras no período estudado de 1970 a 1996. A Escola Estadual de Audiocomunicação (EDAC) foi criada no ano de 1983, com o objetivo de servir como campo de estágio, pesquisa e extensão aos(às) futuros(as) pedagogos(as), na área da educação de surdos. A pesquisa, de base qualitativa, foi de cunho documental, assim, utilizamos para análise relatórios de estágio conforme (MALHEIROS, 2011; BACELLAR, 2015). Os relatórios de estágio supervisionado analisados estão compreendidos entre os anos de 1994 a 1996, pois estes continham em seus planos de aula a abordagem de textos de literatura infantil. Ao todo foram seis relatórios identificados no arquivo da antiga Habilitação em EDAC, no ambiente do recém criado Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos. Como resultados pudemos identificar duas questões que nos interessaram discutir: na primeira, relacionada aos planejamentos das aulas, o lugar da literatura infantil na educação de crianças surdas quando os textos de literatura infantil foram utilizados como pretexto para o ensino de língua portuguesa; na segunda, referente ao espaço de formação específico para professores(as) de surdos e as repercussões da ausência desse tipo de formação não mais existente na atualidade. Nossas conclusões seguem na direção de que, apesar da abordagem e estudo do texto literário terem cunho pragmático, a experiência e contato com os livros de literatura infantil foram para as crianças surdas da época, talvez, a única possibilidade de acesso a esses textos, tornando de expresso valor seu trabalho naquele momento, época em que a Língua de Sinais emergia na EDAC e em Campina Grande.

Palavras chave: Literatura Infantil; Surdos; Libras; Formação Docente.

¹Aluno do Curso de Pedagogia, Unidade Acadêmica de Educação (UAEd), Departamento de Humanidades, UFCG, Campina Grande, PB, e-mail: sergio_cg25@hotmail.com

²Doutora em Educação, professora lotada na Unidade Acadêmica de Educação (UAEd) e do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE/UFPG, Campina Grande, PB, e-mail: niedjaf@yaho.com.br

³ Doutora em Educação, professora lotada na Unidade de Letras (UAL), UFCG, Campina Grande, PB, e-mail: sbportoneves@gmail.com

INTRODUÇÃO

O artigo em questão nasceu do projeto de pesquisa PIBIC/UFCEG/CNPq 2017/2018 intitulado “*A constituição da Libras em Campina Grande-PB, entre os anos de 1970 a 1996: dialogando com histórias de vida de surdos e instituições educacionais*”. Nosso objetivo é analisar como era concebida e trabalhada a literatura infantil nas turmas de alfabetização da EDAC, tomando como documento de registro os relatórios de estágio supervisionado da antiga Habilitação em Educação de Deficientes da Audiocomunicação (EDAC). A referida habilitação foi extinta no ano de 2009 em decorrência das novas diretrizes nacionais para os cursos de pedagogia prescritas pelo Ministério da Educação (MEC)⁴.

A referida habilitação foi criada em 1983 por professores do curso de Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), *campus* II, na cidade de Campina Grande⁵. Sua criação objetivou suprir a inexistência de escolas para surdos no município e, assim, também promover um campo de estágio que servisse às(aos) alunas(os) do curso de Pedagogia da referida universidade (GIANINNI, 2012).

No final da década de 1980 e início dos anos de 1990, as teorias abordadas na educação de surdos estavam passando por uma transição - da Comunicação Total⁶ para o Bilinguismo⁷ -, e estudos indicam que a comunidade surda campinense também vivenciava o processo de aquisição, apropriação e disseminação da Língua de Sinais Brasileira (Libras) como instrumento de comunicação dos surdos, iniciado nas duas décadas anteriores, mais precisamente, a partir da segunda metade dos anos de 1970 e ainda não havia sido completamente consolidado em 1990 (QUEIROGA & PORTO, 2017).

A Escola de Audiocomunicação nasceu de uma parceria entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Secretária de Educação Municipal de Campina Grande (SEC-CG),

⁴ Resolução do CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006 que institui novas diretrizes curriculares para os Cursos de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

⁵ Naquela época ainda éramos vinculados à Universidade Federal da Paraíba. A partir de 2002 houve um desmembramento e a criação da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.

⁶ Comunicação Total engloba a utilização de todas as formas possíveis de comunicação com o aluno surdo, para tanto, emprega, dentro vários recursos pedagógicos e comunicacionais, o uso de sinais e da língua oral de modo que a comunicação produzida sirva ao ensino dos surdos nas salas de aula. O recurso de junção da língua portuguesa oral com a de sinais também é conhecido como bimodalismo.

⁷ Bilinguismo é a abordagem teórica que compreende a Línguas de Sinais como sendo a língua primeira dos surdos (L₁) e a língua portuguesa escrita como segunda língua (L₂).

nas dependências de uma igreja protestante local com cerca de dez alunos surdos. Esses alunos eram divididos por faixa-etária em duas salas com professoras estagiárias do curso de Pedagogia. No ano seguinte, em 1984, o Decreto Estadual 10.288 de 16 de julho, oficializou a criação da EDAC como escola. Desse modo, firmou-se uma parceria entre a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba e as outras entidades já parceiras em prol da manutenção física, docente e didático-acadêmica da instituição (GIANINNI, 2012).

As concepções sobre a surdez tinham como lastro o modelo de deficiência⁸ ancorado no padrão normatizador oral/ouvinte. Sua aplicação na educação dos alunos surdos era expressa em práticas de oralização por meio de treinamentos auditivos e de fala. Assim, as concepções pedagógicas da época para os surdos estavam permeadas da ideologia dominante de que o surdo era uma “cópia mal feita” do ouvinte, e isso implicava a adaptação de metodologias que servissem ao uso de técnicas para a valorização da fala em detrimento da Libras, tendo em seu escopo o aprendizado da língua portuguesa como única língua.

Desse modo, considerar que as construções humanas são históricas, portanto, dependentes de contextos sociais, significa entender que recontar um momento vivido é fazer um recorte da realidade, muitas vezes em detrimento de outros acontecimentos, uma vez que tudo se relaciona, não havendo linearidade nos acontecimentos, apesar do uso cronológico da marcação de alguns períodos. Assim sendo, entremeada no contexto de início de espaços de sinalização para os surdos; de crise hegemônica do oralismo; chegada de informações e leituras sobre a comunicação total; e, quase que simultaneamente do bilinguismo, a EDAC inicia suas experiências de leitura de literatura infantil com seus alunos.

Nossa abordagem de pesquisa é de base qualitativa, pois concordamos com Godoy (1995, p. 23) ao destacar que a abordagem qualitativa na pesquisa “(...) não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”, cabendo, portanto, captar as subjetividades que compõem o humano no seu ser e na sua prática como ação educativa.

Adotamos como metodologia a pesquisa documental, considerando os relatórios de estágio supervisionado da habilitação em EDAC, pois são documentos que registram a visão

⁸ Esse modelo estava pautado na construção discursiva e histórica de classificação dos indivíduos a partir do sistema binário *normal/anormal*, iniciada a partir de meados do século XIX quando termos como *anormal*, *excepcional* e *deficiente* começaram a categorizar minorias e a partir dos quais modelos educacionais e processos pedagógicos passaram a ser pensados para essas pessoas.

sobre a educação dos surdos no período, bem como as práticas adotadas em sala de aula a época. Os referidos relatórios compõem, mais especificamente, o acervo da Habilitação em Educação de Surdos, do curso de Pedagogia da UFCG e estão arquivados no ambiente do grupo de pesquisa em Educação de Surdos, na Unidade Acadêmica de Educação (UAEd), UFCG, *campus* I. Assim, partindo do pressuposto de que nenhum documento é neutro, mas carrega em si elementos que expressam a ideologia e metodologia da época em que foram produzidos analisamos os dados para produção do *corpus* da pesquisa (MALHEIROS, 2011; BACELLAR, 2015).

Os documentos analisados foram seis relatórios de estágios, produzidos entre os anos de 1994 a 1996. Todos os estágios foram realizados em salas de alfabetização. As turmas atendidas eram de crianças com faixa-etária variadas, apenas duas estagiárias especificam a idade dos alunos atendidos nas suas turmas, sendo dos sete aos quinze anos de idade, embora no relatório de 1994 e 1995 encontremos os níveis educacional de atendimento ofertados pela escola que se dividiam entre o atendimento precoce: zero a três anos; pré-escola e alfabetização: quatro a sete anos; primeiro grau e educação de adultos ofertando a alfabetização para alunos no turno da noite.

Para a análise dos dados utilizamos como base a metodologia de Análise de Conteúdo (AC). Assim, dialogamos com Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014) que ao citarem Bardin (1997), definem a AC como técnicas de pesquisa que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto de enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados. Nesse sentido, Bardin (1997) destaca cronologicamente três ações que lastram a AC, quais sejam: Pré-análise, Exploração do material, Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na pré-análise, o objetivo é a organização, apesar de não necessariamente suas atividades sobre os documentos serem estruturadas, pois é a fase de acesso a esse material e de constituição do *corpus* da pesquisa. No tocante a exploração do material, este momento consiste da aplicação de técnicas específicas de acesso aos dados de acordo com os objetivos da pesquisa. Por fim, quanto ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, vimos que esta etapa consiste na ligação dos resultados obtidos ao escopo teórico, e permite avançar para conclusões.

Assim sendo, norteamos nossa pesquisa nos três passos acima citados, porém não seguimos o método à risca, pois a Análise de Conteúdo é um método mais complexo de análise de dados utilizado em pesquisas qualitativas ou quali/quantitativas⁹.

Para o artigo em tela não utilizamos todos os relatórios para ilustração ou apresentação dos documentos analisados, pois não havia em todos o registro de que teria sido utilizada a literatura como instrumento de ensino-aprendizagem nas salas de alfabetização ou ainda registros das atividades propostas nos planos de aula.

A EDUCAÇÃO DE SURDOS E A LITERATURA INFANTIL NAS SALAS DE ALFABETIZAÇÃO DA EDAC: NOVAS PERSPECTIVAS NO CAMINHAR DOCENTE?

Como dito anteriormente, a educação de surdos sofreu por muito tempo as agruras do modelo oralista determinando que toda e qualquer ação educacional deveria estar atrelada ao ensino da fala oral. Os resultados dessa postura, no tocante aos conteúdos e práticas escolares foram extremamente danosas ao processo educacional dos surdos, pois na abertura educacional que precedeu o bilinguismo, muito pouco se tinha de práticas pedagógicas que propiciasse aos educandos surdos acesso aos conteúdos da escolarização adotada pelas redes e sistemas de ensino comuns¹⁰.

Nesse sentido, é preciso considerar que, como toda realidade humana, o contexto histórico onde estão localizados os documentos de nossa pesquisa é complexo, pois apesar da efervescência vivida no âmbito das discussões sobre a surdez, os surdos, a língua de sinais e as novas possibilidades para a educação desses indivíduos, não havia modelos e metodologias

⁹ Conferir BARDIN, Laurance. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, Edições70, Edt Lda. Lisboa, Portugal, 1977.

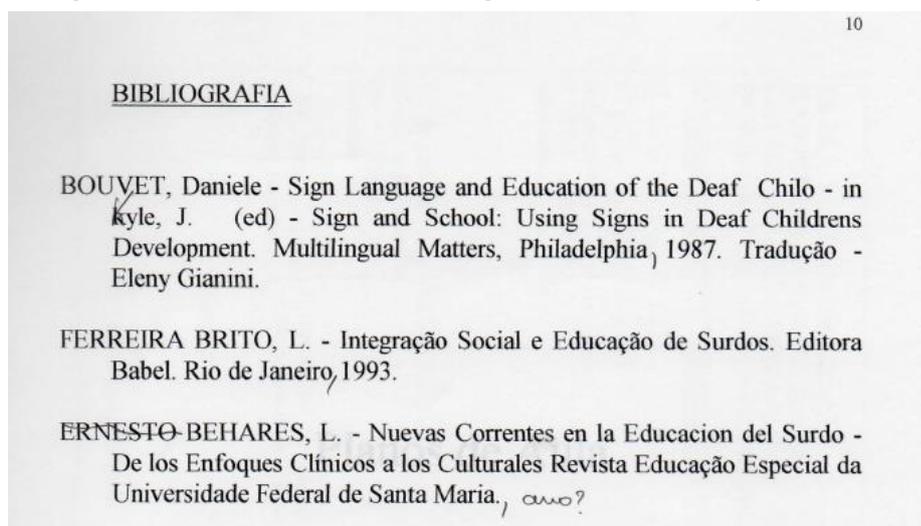
¹⁰ A educação de surdos no Brasil esteve inserida historicamente nos discursos e práticas da educação especial, notadamente ortopédica e reabilitadora. Nesse contexto, a ascensão educacional por parte dos surdos nas escolas especiais estava diretamente atrelada ao bom desempenho na oralização, feito pouco comum a este grupo, o que resultou de avassalador analfabetismo e praticamente nenhum acesso a ações leitoras de modo geral. No final dos anos 1980 e início de 1990, com o declínio do oralismo e ascensão da comunicação total e posteriormente do bilinguismo, novos modos de ensinar precisaram ser construídos de modo a contemplar os conteúdos comuns a escolarização, sendo hoje, praticamente trinta anos depois, ainda um dos maiores desafios da área.

já construídas, a partir das quais as experiências específicas da EDAC poderiam dialogar ou se contrapor ao modelo dominante oral/ouvinte.

Em busca da construção de um cenário que permita-nos entender os desafios do planejamento para as turmas de alfabetização da época, iniciamos nossas análises trazendo o último item a ser inserido em relatórios de pesquisa, qual seja, as referências bibliográficas.

A figura 1 nos permite ver as referências mais comuns nos relatórios de estágio no tocante às discussões sobre a educação de surdos.

Figura 1 – Amostra de referências bibliográficas na área da educação de surdos



Fonte: Relatório de Estágio (1994), Habilitação em EDAC.

No tocante ao ensino específico de língua, conteúdo marcadamente presente na fase da alfabetização, as grandes referências identificadas nos relatórios foram FERREIRO e TEBEROSKY, com o livro *A psicogênese da língua escrita* (1985)¹¹ e KLEIMAN com *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura* (1989)¹².

Essas referências são para ouvintes nativos da língua portuguesa, isso significa que, não obstante a existência de uma busca por referenciais teóricos para ensino de língua na modalidade escrita, estes referenciais não respondiam às demandas dos educandos, por estes serem surdos. No entanto, é importante ressaltar que a presença desses referenciais nos relatórios de estágio das alunas da Habilitação em EDAC, nos anos de 1990, era reflexo da

¹¹ FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre, artes Médicas, 1985.

¹² KLEIMAN, A. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas (S.P.): Pontes, 1989.

mudança de concepção Oralista para a Comunicação Total e da concepção da linguagem de uma visão behaviorista e estruturalista para uma visão construtivista e cognitivista da aquisição da língua oral e escrita, ou seja, denotam avanço no ensino da aquisição e desenvolvimento da linguagem, embora na base oralista e não na perspectiva ligada aos surdos.

Essas mudanças no enfoque da alfabetização e do ensino de língua portuguesa, no Brasil, com base nos estudos de Ferreiro e Teberosky (1985) descrevem a aquisição da escrita pela criança como um processo universal e único, obedecendo a uma sucessão de estágios de desenvolvimento. Nesse contexto, os professores da habilitação reconstróem a proposta pedagógica de alfabetização da EDAC (GIANINI, 2012). Esse momento de transição é assim narrado pela autora (GIANINI, 2012, p. 103)

A EDAC funcionava, de fato, como um laboratório onde podíamos observar in loco os resultados das mudanças implantadas, de modo que progressivamente as novas formas de educar os surdos iam sendo incorporadas nas disciplinas da habilitação em Educação de Deficientes da Audiocomunicação, do curso de Pedagogia da UFCG. Essa tendência era também incorporada nas disciplinas ministradas nos cursos e demais atividades de extensão dos projetos que realizávamos em parceria com a EDAC. Passamos, então, a formar professores para surdos, nas duas instituições no marco da Comunicação Total e com o apoio da abordagem da psicogênese da língua escrita, encontrada em Ferreiro e Teberosky (1985, 1993).

Assim, tudo era muito novo e formas inovadoras de educar os surdos estavam sendo descobertas e outras ainda, sendo copiadas da educação regular dos ouvintes para serem trabalhadas com os alunos surdos na escola EDAC. Não havia ainda estudos mais avançados na educação dos surdos com sua língua nativa que pudesse dar base a uma prática docente mais voltada às suas especificidades na cidade de Campina Grande, mas apenas algumas ainda em teste.

Um segundo aspecto complicador para a referencialidade e tratamento do texto literário em sala de aula se localiza na escassez de referenciais advindos da área das Letras. Desse modo, se, ao tratarmos de língua, localizamos a aresta do referencial inadequado, ao lidarmos com a literatura, nem isso temos, pois na década de 1980 e início dos anos 1990, a área da literatura viveu um vácuo de pesquisas e produções na área do ensino a partir dos saberes das Letras, tendo, no entanto, significativo espaço nos cursos de pedagogia (ARENA, 2010).

Zilberman e Magalhães (1987), nos mostram que essa prática é bem antiga, pois surgiu como parceira da pedagogia para a educação e dominação das crianças a partir do século XVIII. Cademartori (1986), ao discutir sobre o papel da literatura infantil, também, ressalta essa preocupação pedagógica dos livros infantis no Brasil. Segundo a autora, a preocupação inicial dos escritores era/é conteudista atrelada às práticas de ensino da língua. Desse modo, o texto só cumpriria seu papel de suprir as lacunas intelectuais do destinatário se nele estivessem inseridos elementos formativos e informativos.

Assim, na perspectiva tradicional de construção do texto para crianças, o produto final é um "discurso monológico, sem brechas para interrogações, para choque de verdades, para desafio da diversidade, tudo homogeneizado na voz do narrador" (CADEMARTORI, 1986, p. 24). Para ilustrar essa realidade trazemos dos documentos por nós analisados o quadro 1, que ilustra a função do livro “*A boca do sapo*”, no planejamento da estagiária.

Quadro 1 – Planejamento para estudo do livro “*A boca do sapo*”, de Mary França e Eliardo França

OBJETIVOS	CONTEÚDOS	PROCEDIMENTOS OU ATIVIDADES	RECURSOS	AVLIAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> • Normalização • chamada criativa • Planej. das ativ. diária 		
Incentivar a leitura partindo de utilização de lit. infantil, para introduzir o tema central-animais	História infantil “A BOCA DO SAPO” de Mary e Eliardo França	Apresentação de história “A BOCA DO SAPO”, a professora apresenta o livro sem fazer a leitura, permitindo que os alunos manuseiem o livro livremente.	Livro de Literatura infantil	Participação e interesse pela leitura
		Relato da história “A BOCA DO SAPO” pela professora, sem apontar a escrita	Linguagem oral e gestural	
Despertar a atenção para língua escrita	História “A BOCA DO SAPO” Texto escrito de história	Relato da história pela professora apontando para a escrita e explorando as expressões faciais e corporais.	Linguagem oral, linguagem gestural e expressão facial e corporal	Atenção a língua escrita
Despertar o interesse pela escrita como forma de registro a partir dos nomes dos animais de história	Nomes dos animais da história “A BOCA DO SAPO” Nomes de Alguns animais conhecidos pelas crianças	Conversa informal sobre os animais da história, destacando-os Atividade gráfica: Desenhar e escrever os nomes dos animais da história Recorte e colagem de figuras de animais conhecidos e escrita dos seus nomes	Livro de literatura infantil Papel, lápis, borracha Tesoura, revista, jornal, cola, papel	Participação e interesse Identificação e nomeação dos animais.

Fonte: Relatório de Estágio (1994-1995): Habilitação em EDAC

Essa não era uma realidade exclusiva da EDAC. Ainda, segundo Arena (2010), que mesmo sem fazer menção à educação para surdos, nos permite entender o contexto de ensino da época e à abordagem da literatura infantil nas escolas brasileiras naquele momento

Uma das razões para isso [pedagogização do texto literário e uso da literatura infantil para o ensino da língua portuguesa escrita] deveu-se, sobretudo, ao vínculo entre

literatura infantil e processo de alfabetização e letramento, em vez de abrigar-se, como seria esperado, no seio da literatura estudada nos cursos de Letras (ARENA, 2010, p. 26).

Compondo ainda esse contexto, estudos sobre pensamento, linguagem e gêneros do discurso no contexto dos primeiros contatos com a modalidade escrita da língua – crianças em idade de alfabetização – temos a rejeição às cartilhas para alfabetização e o crescente aumento de publicações específicas para essa faixa etária que resultam no aumento significativo de uso desses livros em sala de aula (ARENA, 2010).

Nossa segunda amostra é o quadro de planejamento de um relatório de 1996. Também um livro de literatura infantil é motivador dos procedimentos de estudo do vocabulário da língua portuguesa, de perspectiva e localização espacial.

Quadro 2 – Planejamento para estudo do livro “O Susto”, de Eloísa Ponzio

RECURSOS MATERIAIS	PROCEDIMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> * Cartaz: Calendário * Calendários individuais * Fichas * Cartaz: quadro de frequência. * Livro de literatura infantil: “O SUSTO” Eloísa Ponzio. * quadro de giz. * papel. * atividade gráfica. 	<ul style="list-style-type: none"> * Apresentação do cartaz do calendário. * Leitura dos dados do calendário em LIBRAS. * Preenchimento do calendário por alunos e professora. * Registro da data na folha do calendário (xerox) individual pelos alunos. * Preenchimento do quadro de frequência pelos alunos. * Contagem do número de alunos presentes e ausentes na sala de aula. * Leitura da história: “O SUSTO”. * Interferências sobre a história. Onde se passa a história?... * Listagem dos objetos que aparecem na história: cômodos e mobiliário * 10:00hs: atividades em uma planta baixa da casa, para os alunos desenharem os mobiliários da casa nos seus lugares, referentes a cada cômodo. Anexo 01.

Fonte: Relatório de Estágio 1996: Habilitação em EDAC

A complexidade do ato educacional exige que compreendamos as ações em relação, seja com as teorias que lastram o fazer docente, seja com a dualidade avanços e retrocessos.

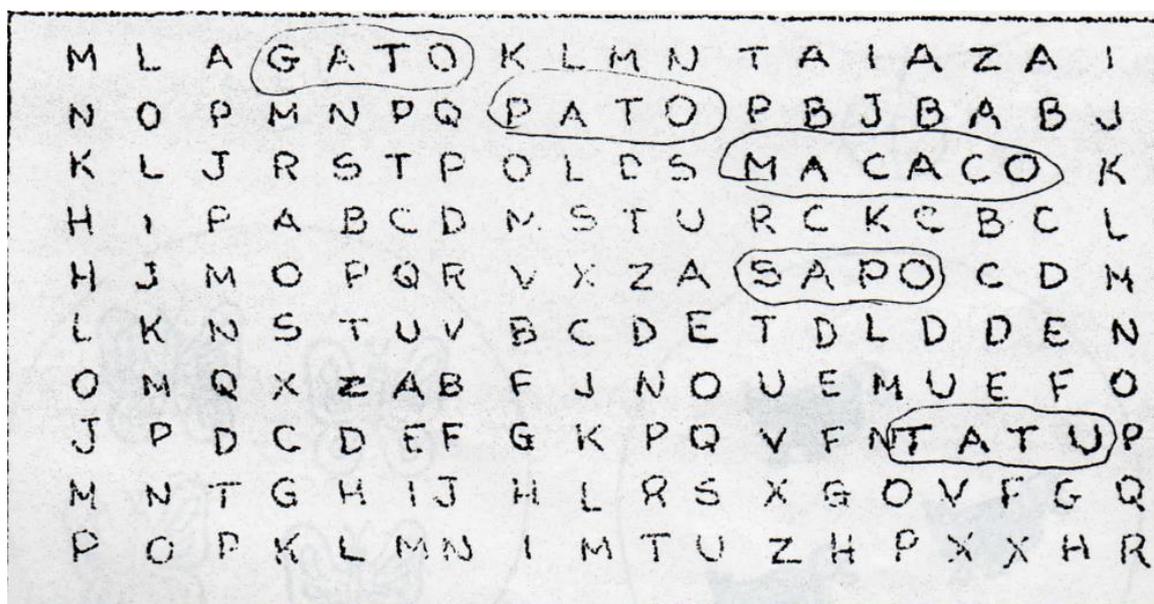
No tocante ao fazer docente e as implicações das teorias que o constituem, vemos nos exemplos aqui apresentados que apesar da abordagem da literatura infantil no trabalho

criativo com a linguagem não ser o foco de ação das estagiárias, em contrapartida, as práticas de sala de aula da EDAC começaram a se constituir com uma nova perspectiva: a de uso da Língua de Sinais Brasileira (Libras) em sala de aula, em uma escola que toma para si os mesmos objetivos das escolas comuns, escolarizar os surdos para o acesso aos conhecimentos validados na sociedade.

Nesse sentido, o projeto de extensão desenvolvido na EDAC, em 1996, intitulado "A história infantil e a videoteca na aprendizagem do surdo" – coordenado por uma professora da UFCG, que também atuava na habilitação, tinha como finalidade propiciar às crianças surdas o prazer da leitura de contos infantis, agora narrados em língua de sinais¹³. Nas palavras de Gianini (2012), o ensino e a aprendizagem da língua de sinais mobilizavam a todos criarem situações que eram permitidas às crianças ouvintes.

Na sequência, duas atividades que ilustram a abordagem do texto quando da realização de tarefas relacionadas a ele nos livros de literatura abordados em sala.

Atividade 1 – Jogo Caça-palavras relacionado ao livro “A boca do Sapo”, de Mary França e Eliardo França.



Fonte: Relatório de Estágio (1994-1995): Habilitação em EDAC

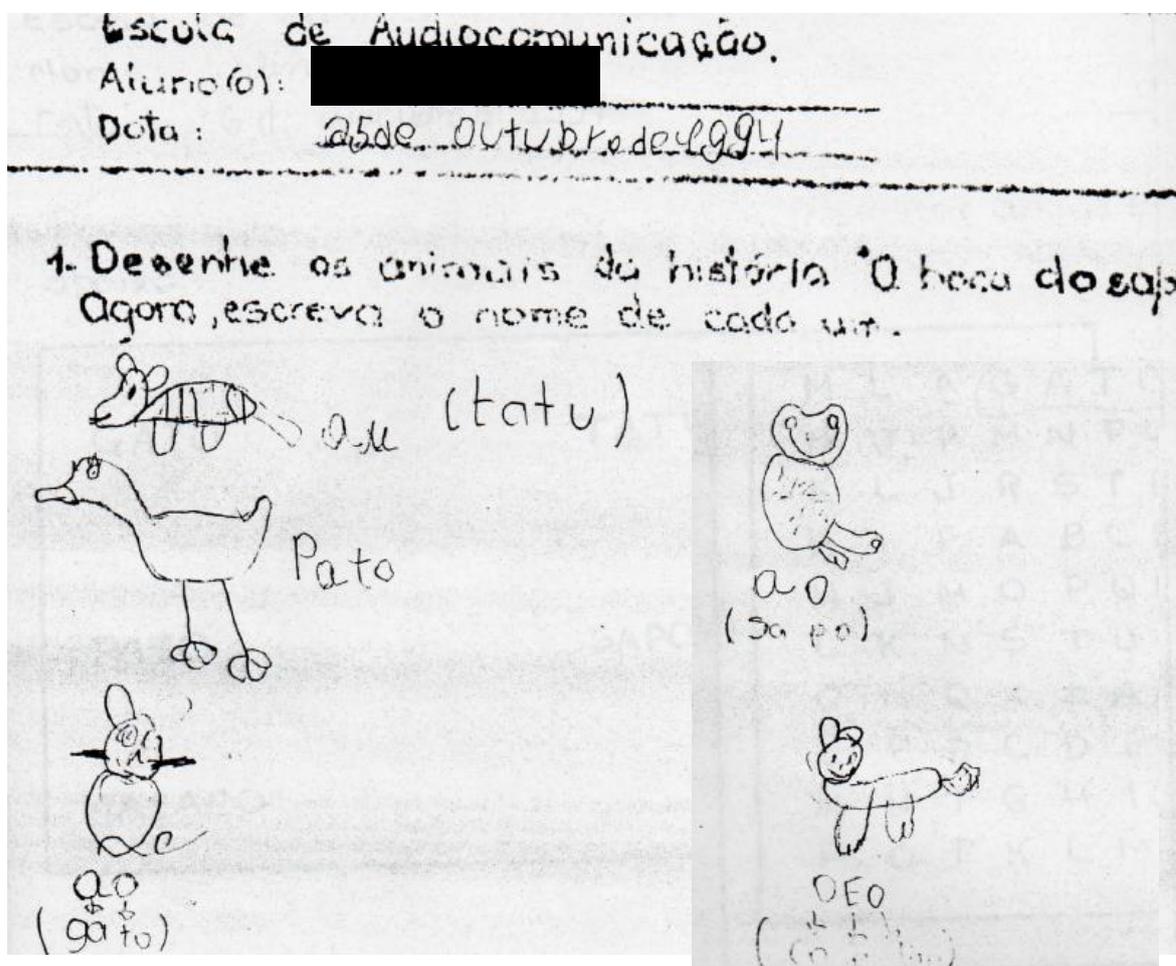
Assim, mesmo com o projeto destinado a proporcionar prazer no primeiro contato das crianças com os contos infantis a atividade ainda se apresentava como indicadora do estudo

¹³ Os contos de fadas eram mediados por um instrutor de Libras que prestava serviço à escola EDAC e os traduzia aos alunos.

das palavras escritas com um caça-palavras que tem por objetivo o registro visual e a fixação da escrita do vocabulário estudado. Como atividade de língua da época é corrente sua presença nas turmas da alfabetização.

No relatório analisado, a problemática de sua aplicação está na ausência de relações que possam vir a ser construídas entre o livro e o universo da criança. A atividade que tem significado para a fixação de palavras, quando trazida para o âmbito do estudo do texto de literatura não se sustenta como atividade de literatura, uma vez que a exposição da criança às possibilidades da dimensão humana a serem vistas, questionadas, ratificadas no texto bem como a dimensão estética da linguagem a serem descobertas, estão ausentes.

Atividade 2 – Escrita dos animais da história



Fonte: Relatório de Estágio (1994-1995): Habilitação em EDAC

Temos exemplificada nas duas atividades a preocupação, não apenas com a aprendizagem do vocabulário, mas com a visualização do processo de desenvolvimento do aluno com relação a língua alvo de sua escolarização que é a língua portuguesa.

Olhar o passado com os saberes do presente nos permite compreender que, uma vez que a habilitação em educação de surdos é subsequente ao curso de pedagogia, poucas são as chances de que os relatórios fossem construídos a partir de práticas de sala de aula diferentes, porque as discussões mais das Letras, que abordam os modos como a linguagem literária se constitui e como, na mediação da leitura, o percurso de compreensão são reconstituídos por professor(a) e alunos(as), ainda eram incipientes na pedagogia.

Notadamente, o uso do texto literário infantil em substituição da cartilha para alfabetização, transformou sua leitura obrigatória e a ação didática em sala pedagógica, o que gerou debates fortíssimos no período, principalmente quando colocadas em relação a literatura infantil e a cultura escolar. Vemos os relatórios de estágio com os conhecimentos de hoje e os compreendemos em suas relações com os saberes existentes à época. Por isso, se constitui como relevante considerar que a nova perspectiva de educação adotada pela escola ao abrir espaço para que a leitura do livro e sua exploração fosse feita em Libras representou um significativo avanço na educação das crianças surdas na ocasião.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SURDOS NA HABILITAÇÃO EM EDAC/UFCG: ASPECTOS DE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E O DESFECHO DE UM CAMINHAR NO CURSO DE PEDAGOGIA

Ao nos reportarmos à história da habilitação em EDAC com o intuito de analisar nos relatórios de estágio supervisionado como era trabalhada a literatura infantil nas turmas de alfabetização, na década de 1990, evidenciamos aspectos da história do processo formativo dos estudantes vinculados à referida habilitação com a história da instituição campo de estágio, a EDAC, dos seus alunos surdos, dos profissionais da área, e do processo pedagógico por eles vivido.

Tomaremos como referência aqui, as teses de doutoramento de Dorziat (1999) e Gianini (2012), estudiosas que integraram o grupo de professoras da Universidade, à época UFPB, e que participaram ativamente da escola desde a sua criação (1983), e que buscaram em suas investigações tratar de objetos de estudo que se entrecruzavam com a história da educação de surdos, em Campina Grande/PB.

Em seus trabalhos de tese, as autoras evidenciam que esse momento representou a transição do modelo Oralista para a filosofia da Comunicação Total, que passou a considerar os surdos como diferentes e não mais deficientes. Essa concepção sustenta outra forma de educar a pessoa surda, tendo como base a utilização de sinais, a expressão corporal, a mímica, sem excluir a fala, a leitura orofacial, a leitura e a escrita da língua oral nacional, e que deveriam estar presentes em todas as atividades escolares. Moura (2000, p. 57) define a Comunicação Total como “uma filosofia que incorpora as formas de comunicação auditivas, manuais e orais apropriadas para assegurar uma comunicação efetiva com as pessoas surdas”.

Nesse contexto, se descortinava a possibilidade de outra prática pedagógica que poderia levar os surdos a uma aprendizagem mais significativa, porém, essa novidade deu lugar à concepção do “Oralismo disfarçado”, pois a centralidade do processo educacional continuava a ser a compreensão e o desenvolvimento de língua oral nacional (GIANINI, 2012). Apesar das limitações críticas à Comunicação Total, a autora afirma que estudiosos da área (MOURA, 2000; CICONNE, 1990) também realçam aspectos positivos de grande importância para o posterior reconhecimento da língua de sinais na educação de surdos. Na instituição EDAC, o processo de implantação dessa metodologia, a partir de 1991, foi descrito por Dorziat (1999) em sua tese de doutorado, mediante o contato das equipes da UFCG e da instituição de ensino escolar com

Algumas escolas que iniciaram um processo de implementação da Comunicação Total, a participação em cursos e eventos, o acesso a nova bibliografia na área, com destaque para o livro de Marchesi (1987) e, sobretudo, a necessidade prática diária de fazer sinais para estabelecer comunicação com os alunos levou a equipe a estudar com afinco as ideias de Marchesi e tentar aplicar os princípios da Comunicação Total, de forma muito rudimentar (DORZIAT, 1999, p. 64).

Além do contato com essa nova bibliografia na área de educação de surdos, também estava em foco as ideias construtivistas com base na abordagem da psicogênese da língua

escrita, encontrada em Ferreiro e Teberosky (1985). Como observado no tópico anterior, a EDAC funcionava como um laboratório de testes onde podia-se observar *in loco* os resultados das mudanças implantadas representadas. Nesse contexto, o projeto de extensão *A história infantil e a videoteca na aprendizagem do surdo*, desenvolvido no ano de 1996, serviu a esse propósito: intervir, testar e pôr em prática novas metodologias recém descobertas e estudadas pela comunidade acadêmica local.

Em meados dos anos 1990, um novo panorama para a educação de surdos descortinava-se em nível internacional e nacional. Os professores da habilitação tiveram acesso aos estudos e pesquisas de autores representativos, na América Latina, mais precisamente sobre o enfoque bilíngue: na Venezuela, Calos Sánchez (1990, 1991), Behares (1991); no Uruguai, Ferreira Brito (1993). As discussões tinham como foco principal a importância da língua de sinais para a vida e a educação dos surdos, bem como as questões identitárias e culturais dessas pessoas.

Com efeito, a educação bilíngue passou a ser o centro do processo formativo, sendo incorporadas nas disciplinas da habilitação em EDAC, na formação de professores de surdos e de profissionais que já atuavam na instituição, campo de estágio. A opção pela perspectiva bilíngue para a educação de surdos foi assumida no ano de 1995, tendo como referência principal as ideias de Behares (1991). Segundo esse autor, a educação bilíngue é a possibilidade mais adequada para as pessoas surdas se desenvolverem e que na prática pedagógica é possível construir uma escola bilíngue. Essa perspectiva, defende os direitos dos surdos no marco da diferença política do sujeito surdo. Logo, não são considerados como pessoas deficientes, mas pessoas diferentes, o que implica em necessidades e direitos específicos que atendam à sua condição de ser vidente por excelência em detrimento do oral/ouvinte (GIANINI, 2012).

Em consonância com tais concepções e, considerando que permitia as condições objetivas e subjetivas, o compromisso pedagógico de estudar e implantar a educação bilíngue, tanto na habilitação do curso de Pedagogia da UFCG, voltado para a formação de professores para surdos, quanto na EDAC, que acolhia pessoas surdas, à época, da Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental, implantou a proposta educacional bilíngue em seu

projeto político pedagógico¹⁴. Para tanto, segundo Gianini (2012), era imprescindível uma maior profundidade política no trato das questões educacionais do surdo, pois

Do ponto de vista político-pedagógico esse posicionamento implicava em assumir novos paradigmas sobre os surdos e sobre sua educação, não mais nos marcos da educação oralista, nem da Comunicação Total, mas a partir do reconhecimento das peculiaridades linguísticas e culturais da pessoa surda, do respeito aos seus modos de apreensão do conhecimento (p.109).

Ao iniciarmos nossas análises dos relatórios de pesquisa, no tópico anterior, a partir do último item inserido no texto, a *bibliografia*, identificamos mais uma vez a referência inicial ao texto de Behares (1991, s/p) *Novas correntes na educação de surdos: dos enfoques clínicos aos culturais*. Como dito anteriormente, suas ideias foram o ponto de partida para implantação da educação bilíngue, tanto na formação de professores na UFCG, quanto na escola EDAC.

O movimento de Educação Bilíngue ganhou, em meados dos anos de 1990, corpo no Brasil proporcionando à equipe de professores da Universidade a participação e o debate em congressos que abordavam essa temática, multiplicavam-se os contatos entre os pesquisadores brasileiros que discutiam o que estava sendo publicado em outros países e também deram início às próprias investigações (GIANINI, 2012).

Retomando a questão da formação de professores de surdos na Universidade, a história nos instiga a buscar um maior entendimento da ruptura com um currículo prescrito e norteado pela concepção Oralista e as várias mudanças que foram propostas nos conteúdos ensinados na habilitação do curso de Pedagogia da UFCG. Gianini (2012), nos revela como tais mudanças foram ocorrendo

Nessas circunstâncias, o nome e a carga horária das disciplinas permaneceram, mas “revolucionamos” do ponto de vista dos conteúdos ensinados, e da redistribuição da carga horária. **Contávamos como aliada nesse processo de mudança, a parceria da UFCG com a EDAC, a indissociabilidade da teoria e prática.** Ou seja, a teoria ser aprendida na universidade, e a realização da prática, feita na escola. Essa era uma das características da habilitação para a formação de professores de surdos no curso de Pedagogia desde a implantação do estágio e que passou a se configurar como uma especificidade da EDAC e uma característica da habilitação do curso de Pedagogia.

Ministrávamos as disciplinas da habilitação no espaço escolar da EDAC, o que proporcionava, desde o início, aos graduandos, por meio do contato direto com os surdos, os professores e o trabalho desenvolvido na EDAC, elementos de vivência

¹⁴ O primeiro projeto - "Bilinguismo e surdez: construindo uma proposta pedagógica", foi coordenado pelas professoras da habilitação e realizou-se, em 1995 e 1996, com a participação de alunas da habilitação.

prática para o enriquecimento dos estudos teóricos. (GIANINI, 2012, p.114-115) (Grifos nossos).

Reconhecemos aqui o caráter “revolucionário” da habilitação do Curso de Pedagogia, da UFCG que teve como lastro a indissociabilidade teoria-prática, vivenciada durante os anos de sua existência que, no dizer de Gianini (2012) ocorria, inicialmente, de forma intuitiva, mas que, posteriormente, foi tomando a dimensão de uma *práxis* pedagógica na qual a teoria pôde se materializar em uma prática geradora de atividade teórica.

Foi com essa perspectiva, segundo a autora, que a equipe de professores, passou a focalizar no desenvolvimento de projetos de extensão universitária em parceria UFCG/EDAC, dentre eles, destacam-se dois projetos: o primeiro projeto *Bilinguismo e surdez: construindo uma proposta pedagógica*, realizado em 1995 e 1996, com a participação de alunas da habilitação, que objetivou prestar assessoria à Escola de Audiocomunicação de Campina Grande (EDAC), no sentido de se construir uma proposta pedagógica bilíngue para a educação de surdos. O segundo – *A história infantil e a videoteca na aprendizagem do surdo* – coordenado por outra professora da UFCG, já apresentado anteriormente.

Nas informações relativas ao segundo projeto de extensão, há indícios de uma correlação entre as atividades apresentadas pelas alunas estagiárias com o enfoque na literatura infantil, os contos de fada, mediados pela língua de sinais, por um “Instrutor de Libras”¹⁵ com o referido projeto. Assim relata Gianini (2012 p.115-116).

O ensino e a aprendizagem da língua de sinais nos mobilizavam a criar situações que eram permitidas às crianças ouvintes desde a mais tenra idade. As crianças surdas, até então privadas dessa atividade cultural, antropológica, que geralmente se inicia no seio da família, eram também privadas do objetivo maior das narrativas: a transmissão da cultura, dos mitos, das lendas, das crenças, das histórias de família... que se transmitem de geração em geração, e da construção de sua própria história.

Assim, ao longo da década de 1990, várias foram as mudanças promovidas em função de uma nova percepção da surdez e da pessoa surda, com destaque para as pedagógicas de maior importância tanto na EDAC quanto no curso de Pedagogia, dentre elas: 1) a ênfase na Educação Infantil, à aprendizagem natural da língua de sinais; 2) a Libras passou a ser considerada como língua primeira (L₁) e um direito da criança surda; 3) o ensino da Língua Portuguesa passou a ser ministrada como uma segunda língua (L₂); 4) nos

¹⁵ Gianini (2012) justifica a denominação de Instrutor, e não de Professor, em função de as pessoas surdas convocadas para essa atuação docente não terem formação graduada, ou seja, uma licenciatura para o ensino de Libras. Assim, o ensino de Libras, quer como L₁ ou como L₂, passou a ser exercido, em Campina Grande e depois em outras escolas para surdos do estado, por pessoas surdas, membros da comunidade surda local, fluentes em Libras e que tinham algum vínculo empregatício com o Estado ou com o Município.

componentes curriculares, foram reformulados os conteúdos a serem ministrados nas matérias do Ensino Fundamental com a intenção de lhes assegurar o acesso ao currículo escolar pleno; 5) inovação dos procedimentos pedagógicos, adequando o sistema de avaliação às normas que vinham sendo implantadas no currículo bilíngue, ou seja, as avaliações também se realizariam com o uso da Libras. No curso de Pedagogia, destacamos o pioneirismo da inserção da disciplina Libras no currículo do curso, ainda que de forma optativa, pois a Libras ainda não era reconhecida como língua nacional de interação social dos surdos.

A partir dos anos 2000, a repercussão do trabalho da EDAC, na Paraíba, começou a surtir efeitos no sistema educacional. A equipe de professoras da UFCG foi convidada pela Secretaria de Educação da cidade de Gado Bravo-PB (SEC-GB), no ano 2000, para realizar um trabalho de assessoria pedagógica e implantar uma escola para surdos naquele município, com base na experiência da EDAC em Campina Grande. No ano de 2005, outro convite foi feito, agora pelo município de Aroeiras-PB, via Secretaria de Educação e Cultura, para prestar assessoramentos à criação e implantação de uma escola para surdos. A assessoria pedagógica ocorreu mediante projetos de extensão universitária, com a participação de alunos extensionistas da habilitação em EDAC, iniciando-se com a promoção de um curso de formação inicial aos professores para atuarem na escola.

Tais ações põem em relevo o papel social do grupo de professores área de educação de surdos, e o da UFCG de um modo geral, “no que concerne à função da universidade na elaboração e acompanhamento de projetos direcionados para a formação de profissionais que trabalham na educação básica de surdos” (GIANINI 2012, p. 129).

No entanto, esse percurso passa a ser permeado também por desafios. A política nacional de educação inclusiva e a instabilidade das escolas de surdos que impedem a finalização de projetos. Aliado a isso, às mudanças anunciadas nas novas diretrizes para a formação do pedagogo, nos anos de 2005-2006, prescritas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, instituídas pela Resolução CNE/CP nº. 01/2006, que instituiu as diretrizes curriculares nacionais para o Curso de Pedagogia e para as instituições de ensino, na transição para o novo modelo curricular dos cursos, deveriam extinguir as habilitações em vigor a partir do período letivo seguinte à resolução.

Diante desse cenário, a habilitação Educação de Excepcionais – Deficientes da Audiocomunicação, que tinha como uma característica peculiar a forte articulação teoria e

prática, é extinta. Desde o ano de 2009, quando da aprovação do novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, a formação na área da educação de surdos ficou restrita a duas disciplinas obrigatórias que abordam estudos sobre a Libras e sobre o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua (L₂).

No nosso entendimento, experiências como as registradas nos relatórios de estágio supervisionado, retratam um momento histórico marcado por concepções vigentes na época em estudo, tornando-se mais desafiante e provavelmente inviável, face à orientação hegemônica das políticas de inclusão para pessoas com deficiências que têm como *locus* a escola regular. O direito do surdo ser bilíngue em nossa sociedade vem na contramão do movimento da comunidade surda nacional, particularmente nos últimos anos, quando da luta para que esse direito fosse assegurado na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), para o período de 2014 a 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos em nossa pesquisa que o fato de serem alunos surdos, o uso e o foco do ensino da literatura por parte das estagiárias do curso de Pedagogia, não propiciou um ensino diferenciado do que era ofertado aos alunos ouvintes da época, pois as aulas de literatura infantil serviam, primordialmente, ao uso do ensino da língua portuguesa escrita, com atividades de avaliação pautadas nos fonemas e grafemas para formarem as palavras escritas. Conforme destacamos anteriormente, com base em Gianini (2012), tais posturas estavam pautadas numa concepção de linguagem, que registrava a passagem de uma visão behaviorista e estruturalista para uma visão construtivista e cognitivista da aquisição da língua oral e escrita, com base nos estudos de Ferreiro e Teberosky (1985). Nesse contexto, a literatura tinha como finalidade maior propiciar às crianças surdas o prazer da leitura de contos infantis, narrados em língua de sinais.

Assim, embora existisse a especificidade do aluno surdo, não havia ainda uma adaptação dos contos para o trabalho com alunos surdos e, ainda mais, percebemos o uso da literatura com uma certa obrigatoriedade de produzir resultados na escrita e não ao lúdico em si, ao prazer da leitura que compete a ela. Porém, reconhecemos, o lado positivo dessa

proposta, visto que constitui a tentativa para buscar soluções que proporcionassem uma educação de melhor qualidade e um ambiente bilíngue para os alunos, num período marcado pela transição da Comunicação Total para o Bilinguismo e conseqüentemente em mudanças nas concepções de educação de surdos, linguagem, novas formas de ver a pessoa surda e sua educação, numa perspectiva bilíngue.

Por fim, nossas conclusões seguem na direção de que apesar de a abordagem e estudo do texto literário ser pragmáticos, a experiência e contato com os livros de literatura foram para as crianças surdas da época, talvez, a única possibilidade de acesso a esses textos, tornando de expresso valor seu trabalho naquele momento. Consideramos que o trabalho desenvolvido pelas professoras e alunos da habilitação Deficientes da Audiocomunicação, no Curso de Pedagogia da UFCG, profissionais da EDAC e os surdos, ao longo dos 35 anos de sua existência, deixou um legado presente não só nos documentos históricos, mas nas múltiplas histórias que compõe esse processo histórico.

REFERÊNCIAS

- ARENA, Dagoberto Buim. A literatura infantil como produção cultural e como instrumento de iniciação da criança no mundo da cultura escrita. In: SOUZA, Renata Junqueira de...[et al.] *Ler e compreender: estratégias de leitura*, Campinas – SP: Mercado das Letras, 2010.
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: usos e abusos. In: PINISKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. 3.ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.
- BARDIN, Laurance. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, Edições70, Edt Lda. Lisboa, Portugal, 1977.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF, 2006.
- DORZIAT, A., (1999). *Concepções de surdez e de escola: ponto de partida para um pensar pedagógico em escola pública para surdos*. Tese de Doutorado, São Carlos, SP: UFSCar.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre, artes Médicas, 1985.
- GIANINI, Eleny. *A formação de professores surdos de Libras: a centralidade de ambientes bilíngues em sua formação*. f.210. Tese (Doutorado em Educação), Programa de PósGraduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- GIANINI, Eleny; LIMA, Niédja Maria Ferreira. *A educação de surdos em Campina Grande no período de 1971 a 1996*. XIV Jornada Pedagógica do HISTEDBR. Pedagogia histórico-crítica, educação e revolução: 100 anos da revolução russa. UNIOESTE – Foz do Iguaçu-PR. Mai./2017.

GODOY, A. S. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de administração de empresas. São Paulo. v. 35, n. 3, pp. 20-29. Mai/Jun. 1995 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3>> acesso em 26/07/2018

KLEIMAN, A. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas (S.P.): Pontes, 1989.

LÜDKE, Menga. *Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental*. In: LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. *A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MALHEIROS, Bruno Taranto. *Metodologia da pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MOURA, Maria Cecília de. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000.

QUEIROGA, Renata Iris de Araújo. PORTO, Shirley Barbosa das Neves. *Vida, língua e memórias: reminiscências de surdos adultos dos anos de 1970 – 1990*. XIV Congresso de iniciação científica da UFCG, 2017.

ZILBERMAN, Regina e MAGALHÃES, Ligia C. *Literatura infantil: autoritarismo e emancipação*. Ed. Ática. São Paulo, 1987.